

## CONHECIMENTO SOBRE A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

*Vânia Luzia Tiedt Torres<sup>1</sup>, Leticia Fleig Dal Forno<sup>2</sup>*

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação Gestão do Conhecimento nas Organizações, Campus Maringá/PR, Universidade Cesumar – UNICESUMAR. vaniatiedt@gmail.com

<sup>2</sup>Orientadora, Doutora, Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações, UNICESUMAR. Pesquisadora do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI. leticia.forno@docentes.unicesumar.edu.br

### RESUMO

O presente estudo, realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, busca realizar uma análise a respeito da maneira pela qual o conceito de deficiência intelectual é apresentado e discutido nas publicações acadêmicas. Mais especificamente, procura-se compreender se esses conceitos apresentam alguma modificação datada dos últimos 15 anos aproximadamente. Para isso, foram pesquisadas publicações científicas no site Google Acadêmico, enfatizando aquelas publicadas de 2019 a 2021. Foram selecionadas seis publicações que são devidamente citadas e analisadas no decorrer do texto, que trazem pesquisas bibliográficas e relatos de experiências relacionadas com a inclusão de indivíduos com a referida deficiência no ensino regular. A partir da realização dessa análise, é possível perceber que a base conceitual que permeava as concepções de deficiência intelectual, bem como as práticas defendidas na realidade das salas de aula que contam com esses alunos, são datadas de aproximadamente 15 anos atrás, revelando uma estagnação em inovações relacionadas com a inclusão dessas crianças.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão escolar; Bases conceituais; Adaptações curriculares.

### 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, trata sobre a deficiência intelectual. Atualmente, muito tem se discutido a respeito da inclusão de crianças com a referida deficiência no ensino regular. Os debates e os cursos de formação de docentes, buscam sempre encontrar maneiras para que esses indivíduos sejam, verdadeiramente, incluídos no ambiente de uma sala de aula. Assim sendo, a leitura e a produção de publicações científicas estão sendo cada vez mais importantes. Dessa forma, é essencial se identificar a compreensão que se tem a respeito da deficiência intelectual e suas particularidades, bem como observar as práticas realizadas nas escolas visando favorecer essa inclusão, pois não basta que a criança seja matriculada numa turma de ensino regular, pois ela precisa aprender os conteúdos e desenvolver suas potencialidades.

Levando em consideração esse contexto, esse trabalho, realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, possui como principal objetivo, elaborar uma análise a respeito da maneira pela qual o conceito de deficiência intelectual é apresentado e discutido nas publicações acadêmicas. Mais especificamente, procura-se compreender se esses conceitos apresentam alguma modificação datada dos últimos 15 anos aproximadamente. Para tanto, é realizada uma pesquisa de literatura em publicações científicas. Vale ressaltar, que foram selecionadas publicações datadas entre 2019 e 2021, visando observar as bases conceituais que permeiam esses estudos.

A elaboração desse trabalho é importante para que se possa compreender até que ponto os conceitos e as práticas relacionadas com a deficiência intelectual, estão sendo modificadas no decorrer do tempo. As experiências realizadas em sala de aula, demonstram que a inclusão de indivíduos com deficiência mental, ainda tropeça em certos obstáculos. Assim sendo, é possível que estudos como esse, sejam uma importante fonte de informação para familiares e professores que pretendem atuar com crianças com essa deficiência.

Com base nos trabalhos publicados por Almeida (2019), Antunes e Glat, (2019), Nunes (2019), Mafezoni, César e Souza (2020), Caetano e Pletsch (2019) e Pires (2020), é possível se realizar uma breve revisão a respeito do assunto, buscando compreender as bases conceituais que envolvem a deficiência intelectual, se elas sofreram ou não alguma modificação importante na atualidade, e se essas modificações contribuem ou não para a inclusão dessas crianças no ensino regular.

## **2 BREVE ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA A RESPEITO DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E SUAS BASES CONCEITUAIS**

A respeito do assunto, Almeida (2019), realiza em seu artigo, uma breve pesquisa com a finalidade de analisar e investigar o processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual na rede regular de ensino. Para tanto, o autor realiza inicialmente, uma rápida pesquisa bibliográfica a respeito dos conceitos de deficiência intelectual ao longo da história, bem como a respeito da forma pela qual essas pessoas eram socialmente tratadas. Foi constatado que, até o século XVIII, não era propagado o conceito relacionado com as diferenças individuais, o que se refletia também na área da educação. Essa realidade, fazia com que as pessoas com deficiência fossem meramente ignoradas ou marginalizadas.

Almeida (2019) pontua que essa imagem negativa e excludente a respeito das pessoas com deficiência, persistiu durante muito tempo. Esse cenário, vem sendo modificado na sociedade, por meio do acesso a uma maior quantidade de informações, bem como a um aprofundamento do conhecimento a respeito dos direitos dessas pessoas. Dessa maneira, vem ocorrendo alguns importantes avanços nos conceitos e no processo relacionado com a inclusão, tanto do ponto de vista social, quanto escolar.

No entanto, mesmo que se possam identificar algumas importantes mudanças, as pessoas com deficiência, mais especificamente com deficiência intelectual, ainda enfrentam uma batalha considerada bastante árdua para que sejam aceitas, isso tanto na escola, quanto no mercado de trabalho ou em qualquer aspecto da sociedade. Almeida (2019), considera quando se menciona o ambiente escolar, que ainda existem muitas dificuldades ao se trabalhar com um aluno com deficiência intelectual. Essas dificuldades podem ser relacionadas com a formação recebida nas universidades, que ainda não contemplam as necessidades que poderão ser encontradas em sala de aula. Outro fator relacionado com tais dificuldades, pode ser a falta de materiais ou adaptações no ambiente escolar, bem como a ausência ou o déficit relacionado com a formação continuada desses docentes. Além disso, ainda pode-se citar a participação insuficiente dos familiares no processo de ensino e aprendizagem. Essas situações adversas, ainda fazem com que a exclusão seja fortalecida, e os alunos com deficiência intelectual, em muitos casos, sejam deixados de lado, muitas vezes rotulados como incapazes, e perdem oportunidade de desenvolver suas habilidades e construir plenamente suas identidades. Assim, essas crianças com deficiência intelectual sempre ocupam o lugar daquele que é diferente e estranho, e sempre são desacreditadas, como se nascessem com seu destino já determinado. Essas crianças sempre são vítimas de preconceito, que diz respeito às informações errôneas que as pessoas recebem sobre as deficiências, fazendo com que elas assumam essas atitudes. Esses preconceitos englobam famílias, escolas e sociedade em geral e impedem que sejam buscadas as soluções para se melhorar ou viabilizar a plena inclusão dessas crianças.

Por fim, Almeida (2019), enumera algumas práticas a serem desenvolvidas na sala de aula, com vistas a garantir a plena inclusão das crianças com deficiência intelectual no contexto escolar. São enfatizadas as adaptações curriculares, oportunizando a aprendizagem, reconhecendo as diferenças existentes, bem como a igualdade de direitos que envolvem todos os alunos, com ou sem deficiência. Para isso, o autor provoca algumas reflexões sobre adaptações curriculares e no sistema de avaliação, a participação da

família, qualificação da equipe pedagógica, a formação dos professores e uma concepção diferenciada a respeito da deficiência.

Quanto a atuação pedagógica voltada para o deficiente intelectual, o professor deverá partir de uma aprendizagem organizada, buscando motivar a aprendizagem e criando atividades onde possam ser trabalhadas as relações interpessoais levando o aluno com deficiência intelectual a se sentir integrado e apto a comunicar-se com aqueles que o rodeiam. Assim, ele estará se tornando autônomo para enfrentar as situações cotidianas. Além de contribuir para que o aluno adquira destreza, desenvolva sua capacidade afetiva, corporal, e também sua linguagem (ALMEIDA, 2019, p. 261).

Ao se verificar os autores que Almeida utiliza para embasar seu trabalho, bem como as práticas que eles defendem, é possível se observar que se trata de trabalhos desenvolvidos há mais de 10 anos. São citados autores como Vasconcelos (2004), Santos (2002), Mitter (2003), Mendes (1995), dentre outros. Assim sendo, as práticas demonstradas e as fontes conceituais não configuram inovações. Sendo datadas de mais ou menos 15 anos atrás, atuais, mesmo o texto sendo publicado em 2019.

A respeito do mesmo assunto, Antunes e Glat (2019) procuram demonstrar em sua pesquisa um apanhado histórico a respeito da representação social das pessoas com deficiência intelectual, estabelecendo uma associação entre tais representações e seu reflexo na produção de um sujeito ideal para a educação escolar. Na idade moderna, por exemplo, a educação tinha como objetivo, produzir um indivíduo da modernidade, definido como eficiente, racional e perfeito. Essa situação, acabou por instituir uma padronização dos alunos considerada universal, pois esse indivíduo deveria atender todas as exigências e anseios da escola, capaz de se adaptar a essa sociedade moderna, e ser plenamente útil. Nesse contexto, os alunos com deficiência apenas representavam aqueles sujeitos que, devido às suas características cognitivas e físicas, eram considerados distantes dessa padronização, e, portanto, destoantes do que era tido como normal. Esses sujeitos eram representados como inferiorizados, o que condiz com a representação social imposta pelas classes dominantes.

Nesse sentido, de acordo com Antunes e Glat (2019) à medida em que se discute a inclusão escolar de alunos com alguma deficiência, vale realizar uma contextualização a respeito do modelo escolar e educacional que se destaca, bem como a eficiência do referido modelo para atender a todas as demandas de uma escola verdadeiramente inclusiva. Dessa maneira, vale ressaltar que, enquanto a escola seguir esse modelo baseado na escola moderna, esta seguirá formulando certas práticas ineficientes que giram em torno de um aluno supostamente ideal, que difere significativamente daquilo que se busca por meio da inclusão. Dessa maneira, por mais que se criem políticas públicas e técnicas diferenciadas de ensino, a inclusão apenas ocorrerá verdadeiramente, quando se discutir e se considerar todas as características do sujeito real da educação, e que esse sujeito não representa nem segue um padrão estático de normalidade.

Ainda segundo os estudos de Antunes e Glat (2019), a educação, para que seja verdadeiramente inclusiva, deve ser pautada na aceitação da diversidade humana. Para tanto, não basta que o docente receba toda informação inicial ou continuada. É necessário que ele se distancie, de forma definitiva da representação padronizada de aluno, e compreenda que a normalidade é algo que não condiz com a realidade. Assim sendo, essa visão de incapacidade e inferioridade que ainda predomina, poderá ser resignificada.

A respeito das práticas desenvolvidas em sala de aula, Antunes e Glat (2019), realizam um apanhado histórico, demonstrando todas as ações da educação especial, que também buscava padronizar as pessoas com deficiência intelectual, levando em consideração os pressupostos da modernidade. Essas pessoas eram atendidas por instituições especializadas, que as dividiam de acordo com o grau de comprometimento

acarretado pela sua deficiência, e buscavam atingir o máximo possível do grau de desenvolvimento de uma criança considerada normal. Após isso, se originaram as salas de educação especial dentro das escolas regulares. Mas, essas salas também passaram a ser consideradas segregadoras, pois os alunos com deficiência intelectual eram separados dos outros alunos ditos normais.

Com a elaboração dos princípios ligados à inclusão dessas pessoas no ensino regular, conforme prosseguem afirmando Antunes e Glat (2019), ocorreu uma ruptura no paradigma médico que sempre era associado a essas pessoas, dando lugar a um paradigma educacional, pautado no fato de que essas pessoas poderiam aprender.

A inclusão contempla o direito à educação, à igualdade de oportunidades e de participação. Porém, mais do que garantir o acesso dos indivíduos com deficiência e outras necessidades especiais às escolas é necessário viabilizar a sua permanência e aprendizagem. Nesse sentido, a educação inclusiva requer uma abordagem diferente da educação tradicional, que deve ser pautada na heterogeneidade e não na homogeneidade, levando em consideração que cada aluno tem características, interesses, motivações e experiências pessoais únicas (ANTUNES E GLAT 2019, p. 86).

Considerando tais afirmativas, Antunes e Glat (2019) também mencionam a realização das adaptações curriculares, visando contemplar as necessidades e possibilitar a aprendizagem desses alunos. Citam a importância de intervenções específicas visando atender aos alunos que possuem um comprometimento maior, defendendo a adoção de métodos de ensino e formas específicas de comunicação. Citam também a importância da formação continuada de professores, bem como uma formação inicial sólida. Além disso, os autores defendem o atendimento educacional especializado, para que sirva como um apoio para os alunos e até mesmo para os professores. Vale ressaltar também, que essas autoras se utilizaram de uma bibliografia datada do final dos anos 90, e início dos anos 2000, o que demonstra que elas também não encontraram nenhuma inovação atual a ser citada, tanto do ponto de vista conceitual, quanto das práticas realizadas para possibilitar uma escola mais inclusiva para esses indivíduos.

Outro trabalho utilizado, foi a pesquisa de Nunes (2019). Essa autora realizou uma pesquisa, tanto bibliográfica quanto por meio de entrevistas, buscando analisar os pontos favoráveis e desfavoráveis relacionados com a inclusão de crianças com deficiência intelectual no ensino regular. A autora (2019) relata que buscou, com sua pesquisa, compreender os pormenores que envolvem a inclusão de alunos com deficiência intelectual, bem como os desafios, os obstáculos e as condições favoráveis para que essa inclusão ocorra. Para tanto, é realizada uma fundamentação teórica com vistas a embasar as entrevistas realizadas.

Nunes (2019) relata que as dificuldades com relação à inclusão desses alunos com deficiência intelectual no ambiente escolar, estão relacionadas com a capacitação dos professores, pois estes nem sempre recebem formação suficiente para realizarem o processo de inclusão. Em muitos casos, contam com as suas próprias experiências cotidianas, que servem como parâmetro para desenvolverem seu trabalho. Nesses casos, nem sempre o aluno consegue acompanhar a turma, pois não conta com o apoio necessário. É mencionado também, o atendimento educacional especializado, como um apoio importante, tanto para o aluno, quanto para o professor, que pode ter suas dúvidas sanadas. É de fundamental importância que ocorra um trabalho colaborativo entre o professor e o atendimento educacional especializado, sem deixar de citar os gestores escolares, com vistas ao bem-estar dos alunos incluídos. Portanto, esse trabalho deverá ser integrado, e não mais realizado de forma isolada.

Nunes (2019) pontua ainda que a capacitação dos professores é de extrema importância para a inclusão dessas crianças com deficiência intelectual no ensino regular.

A frequência da realização de cursos de formação e a troca de experiência entre os profissionais que atendem essas crianças no ensino regular, podem trazer várias contribuições positivas. É necessário que haja essa capacitação, e que os professores possam conhecer bem seus alunos, pois assim possuirão meios para garantir que as possibilidades de potencializar a aprendizagem dessas crianças sejam plenamente desenvolvidas.

Apesar de citar algumas pesquisas desenvolvidas mais recentemente, Nunes (2019) traz em seu trabalho, uma representação dos mesmos desafios e obstáculos já citados. As bases conceituais nas quais sua pesquisa se apoiam, são praticamente as mesmas dos trabalhos citados anteriormente. Além disso, as soluções apresentadas, também são bastante parecidas com aquelas enumeradas nos trabalhos anteriores. Assim, mesmo com a publicação de novos estudos, não há qualquer novidade significativa.

Outro trabalho a ser citado, é a pesquisa desenvolvida por Mafezoni, César e Souza (2020). Neste trabalho, os autores também apresentam um resgate histórico a respeito da deficiência intelectual, seus conceitos e concepções, bem como a respeito da educação especial voltada para esses indivíduos. A educação especial no Brasil e no mundo voltada para as pessoas com deficiência intelectual, foi constituída com base em uma concepção médica. Muitas publicações sobre o assunto, lançadas no final do século XIX até meados do século XX, eram provenientes de profissionais atuantes em clínicas médicas psiquiátricas. Assim, é possível constatar que, nesse momento da história, havia uma grande influência, interesse e intervenção da medicina na educação especial. Vários estudos chegaram no país, provenientes principalmente da França, trazendo teorias pautadas na utilização das medidas ou coeficientes de inteligência. Dessa forma, a educação especial no Brasil se organizou como uma substituta do ensino regular, para a qual foram criados alguns instituições especializadas, escolas especializadas e salas especiais sempre fundamentadas no conceito relacionado com a anormalidade e a normalidade. O atendimento terapêutico fornecido por essas instituições, era sofria fortes influências dos testes psicométricos, que definiam por meio de um diagnóstico fechado, as práticas educacionais que deveriam ser adotadas para os estudantes com deficiência intelectual.

O uso do conceito de deficiência intelectual na escola, destituído de outras ações pedagógicas, além de arrancar a subjetividade do indivíduo, não indica quais são os motivos do déficit de um aluno, nem tampouco mostra o que e como fazer. Entre outras, uma questão interrelacionada com a problemática é a dicotomia na utilização do conceito vigente que tem por princípio a diferenciação dos indivíduos, seleciona e preserva um ambiente educacional determinado, pressionando-os a se ajustarem a um modelo que tem força e se mantém na escola negando os princípios da inclusão escolar (MAFEZONI, CÉSAR E SOUZA, 2020, P. 147).

De acordo com Mafezoni, César e Souza (2020) mesmo com os avanços trazidos pelas legislações e pelas discussões, nos dias atuais ainda estão sendo realizadas classificações e diagnósticos por meio de pareceres médicos que levam em consideração os manuais diagnósticos estatísticos. Esse fator, faz com que o trabalho desenvolvido com esses indivíduos na escola ou em qualquer âmbito da sociedade, seja, de certa forma, bastante rígido e preso a esses manuais. Mas, os autores consideram que alguns estudos mais recentes a respeito da educação especial, consideram que a utilização dessas definições e classificações necessitam seguir os contextos, tomando cuidado para não se esgotarem em categorizações e especificações atribuídas a uma determinada deficiência por um manual diagnóstico. Assim, é necessário que haja uma compreensão de que as pessoas, mesmo as com alguma deficiência, se modificam de maneira contínua, transformando e sendo transformadas pelo ambiente no qual encontram-se inseridas. Nesse contexto, a atuação pedagógica precisa obedecer esse dinamismo, bem como

considerar a heterogeneidade dos ambientes, para se reforçar e promover a aprendizagem de todos os estudantes, superando assim as situações de exclusão.

Mafezoni, César e Souza (2020), ressaltam que existem ainda uma série de estudos que defendem que a inclusão da criança com deficiência intelectual, para que ocorra verdadeiramente nas escolas, necessita considerar as potencialidades desses indivíduos. A deficiência intelectual nesse contexto, não deve ser compreendida como estática e como um empecilho intransponível para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança. Assim sendo, o professor não deve limitar suas práticas às menores conquistas, e sim, buscar sempre atender e estimular a total potencialidade desses alunos. Para isso, mais uma vez, são mencionadas as adaptações curriculares, que devem atender às necessidades desses sujeitos, contemplando toda a diversidade que se apresenta em uma sala de aula. A família também deve participar do processo de ensino e aprendizagem, caminhando juntamente com a escola.

Ainda a respeito da atuação dos professores frente à inclusão de crianças com deficiência intelectual, Mafezoni, César e Souza (2020) afirmam que estes devem ressignificar o olhar que eles possuem com relação a esses indivíduos. Para tanto, A colaboração existente entre as universidades e as escolas, por meio da realização de cursos de capacitação e projetos de pesquisa voltados para a formação continuada de professores e de gestores escolares, contribuem positivamente para que essa realidade seja permanentemente modificada. Assim, os professores poderão expor suas dúvidas, partilhar suas experiências, seus ganhos e dificuldades, favorecendo a aprendizagem dessas crianças, e que elas sejam verdadeiramente incluídas no sistema regular de ensino. Essas afirmativas e conceitos também são encontradas nas pesquisas citadas anteriormente neste estudo, o que demonstra que a compreensão é a mesma nos últimos anos.

Outro trabalho a ser citado, são os estudos redigidos por Caetano e Pletsch (2019) que tratam da relação existente entre a origem dos conceitos de inteligência e de deficiência intelectual. O conceito de inteligência, segundo as autoras (2019) encontram-se atrelados ao papel social dos indivíduos que atendessem aos interesses sociais, políticos, econômicos e ideológicos de uma determinada sociedade. Tais teorias, nasceram obedecendo uma hierarquia imposta pelas classes dominantes e perfeitamente validadas pela ciência, por meio de seus métodos e procedimentos, sendo estabelecida uma hierarquia da capacidade dos sujeitos, tornando legítima uma ordem social que até a atualidade determina as possibilidades relacionadas com a aprendizagem de cada um. Esses fatores, por conseguinte, relacionam-se com o estabelecimento dos papéis sociais, fazendo com que a inteligência humana seja compreendida e validada por meio de uma série de atributos biológicos. Assim, os indivíduos que possuem os referidos atributos e sua inteligência corresponde ao que é esperado, são considerados normais. Já os demais, que não cumprem com tais exigências, são considerados como anormais, aos quais são atribuídos alguns rótulos ou designações. Não é raro se observar que, em muitos casos, tanto no decorrer de nossa história, quanto atualmente, os conceitos relacionados com anormalidade se fundem com os conceitos relacionados com a deficiência.

Caetano e Pletsch (2019) reiteram que os conceitos de inteligência e deficiência intelectual ainda hoje se fundem. Sendo assim, são sentidos os impactos, em larga escala, no processo de escolarização desses indivíduos, que ainda são caracterizados por meio da utilização desses pressupostos biológicos qualitativos e quantitativos. Tais pressupostos são pautados nas características rígidas de um laudo, sem levar em consideração os aspectos sociais e culturais desse sujeito. Nesse contexto, ainda hoje se perdura a ideia de que os alunos com deficiência intelectual são incapazes de se adaptarem ao modelo de escola que encontra-se em vigência. Ao contrário das outras pesquisas aqui citadas, nesta são realizados alguns apontamentos dos problemas existentes na escolarização de pessoas com deficiência intelectual, levando em consideração os conceitos de inteligência,

normalidade e anormalidade. No entanto, tais conceitos também aparecem em publicações datadas de mais de 15 anos atrás.

E, por fim, vale citar os estudos realizados por Pires (2020), que tratam das práticas curriculares do ensino fundamental para estudantes com deficiência intelectual. Tais práticas tratam-se de um ponto de análise de grande importância, à medida em que pode-se provocar uma reflexão a respeito dos movimentos curriculares voltados para esses indivíduos que são incluídos em turmas do ensino regular, com a finalidade de se discutir como tal currículo vem sendo proposto para esses estudantes, pois é sabido que eles necessitam de uma mediação apropriada para que eles possam aprender e elaborar os conceitos relacionados com os conteúdos escolares.

Pires (2020) pontua que a diferenciação curricular pode ser compreendida como mudanças na metodologia de ensino e nas avaliações escolares. Para isso, entende-se que cada estudante possui tempos e percursos escolares diferentes, isto é, esses estudantes não aprendem todos ao mesmo tempo e nem todos da mesma forma. Tais mudanças podem ser observadas a partir de três perspectivas, sendo elas uma perspectiva política, uma perspectiva pedagógico-curricular e uma perspectiva organizacional. Esses três aspectos necessitam ser organizados minuciosamente dentro da realidade escolar, pois se qualquer um deles forem ignorados, pode ocorrer no que é denominado de diferenciação social, cultural negativa e econômica. Nesse sentido, essa diferenciação curricular precisa envolver a escola e os professores, deve ser intencional e previamente informada a todos os envolvidos, e levar em consideração o conhecimento científico adequado, isto é, não devem ser realizadas ao acaso e de maneira desordenada. Deve-se partir das necessidades do aluno, para se construir adequadamente e com sucesso, a aprendizagem de cada um, com vistas a que todos consigam o acesso integral à sociedade a qual pertencem e se tornem sujeitos ativos dentro da mesma.

Pires (2020) demonstra uma preocupação com as crianças com deficiência intelectual incluídas no ensino fundamental, a respeito das práticas curriculares, que, para a autora, muitas vezes, não são devidamente planejadas para atenderem as necessidades desses indivíduos, o que denota uma atuação frágil dos professores e da equipe pedagógica das escolas. Mesmo não utilizando os currículos reprodutores relacionados com as práticas antiquadas e rígidas, mesmo com um currículo considerado diferenciado e planejado, com diferentes práticas para os alunos, acabam por não atingirem as necessidades dessas crianças incluídas. Muitas dessas estratégias ainda utilizam como base os livros didáticos da referida disciplina, bem como as explicações ministradas em sala de aula ainda obedecem às sequências didáticas uniformes dos conteúdos a serem ensinados para a referida turma. A oralidade ainda prevalece nas salas de aula, e os métodos de avaliação seguem os mesmos padrões para todos os alunos. Esse modelo curricular, mesmo que em alguns casos sejam estabelecidas algumas diferenciações para se tentar atender aos alunos com deficiência intelectual, acabam por reproduzir uma forma mecanizada de se trabalhar o conhecimento, o que implica em alguns problemas na aprendizagem dos estudantes, pois eles apenas aprendem para reproduzir o que aprenderam nas avaliações, não se tornando capazes de indagar, de participar e de atuar ativamente na sociedade na qual encontram-se inseridos.

Pires (2020) afirma ainda que é de grande importância que as escolas estejam sempre atentas com relação aos currículos e o acesso ao conhecimento nas escolas, pois é de suma importância que esta considerem que é por meio do conhecimento que esse estudante pode se incluir também na sociedade em geral. Nesse sentido, as práticas curriculares também devem ser plenamente inclusivas para os alunos com deficiência intelectual, pois estes também devem ter o acesso ao conhecimento plenamente garantidos, indo além da matrícula e do simples acesso.

Percebe-se que a matrícula e o acesso são de grande importância e relevância na inclusão do público alvo da educação especial na educação básica, mas defende-se que ela precisa ser ampliada. E para tanto, observa-se que a formação continuada de professores é um caminho possível, visto que há práticas ressignificadas no sentido de possibilitar o acesso ao conhecimento ao estudante com deficiência intelectual, como nas práticas inclusivas por meio do trabalho colaborativo (PIRES, 2020, P. 04).

A respeito desse trabalho colaborativo, Pires (2020), ressalta que trata-se da realização de um trabalho, envolvendo o professor da sala de aula regular, e o professor da educação especial. Pode-se inferir que esta é uma possibilidade bastante possível para se consolidar uma prática curricular diferenciada que, de fato, possa atender a esse público no ensino regular. Esse professor da educação especial atuaria em conjunto com o professor regente da turma, fornecendo os subsídios que o aluno com deficiência intelectual necessita para compreender os conteúdos, indo desde explicações mais detalhadas, até a realização de atividades diferenciadas para a fixação do mesmo.

Assim como os demais trabalhos citados neste estudo, a pesquisa realizada por Pires (2020) também não trouxe qualquer prática mais atual que pode ser adotada em sala de aula para possibilitar a inclusão dos alunos com deficiência intelectual. Os conceitos e pormenores demonstrados pela autora, também, de certa forma, foram propostos pelas demais pesquisas e não se modificam, se levarmos em consideração trabalhos científicos produzidos nos últimos anos.

### 3 CONCLUSÃO

Ao serem analisados alguns trabalhos publicados entre 2019 e 2021, conforme proposto pelo presente estudo, foi possível se observar que apesar de se tratar de publicações atuais, suas fontes conceituais e as referências utilizadas, em sua maioria, são datadas de mais de 15 anos atrás, sejam autores brasileiros ou de outros países. Esse fator, demonstra que muitas das práticas relacionadas com a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular ainda são as mesmas desse período, pois a compreensão que se tem a respeito desses indivíduos, não sofreu qualquer modificação. É sabido que inúmeros são os debates a respeito desse assunto, bem como a elaboração de cursos de capacitação voltados para professores e equipes gestoras das escolas, trazendo inuma série de propostas de modificações e adaptações curriculares e na atuação desses profissionais, com vistas a atender plenamente as necessidades de cada um desses alunos. No entanto, os relatos das dificuldades e obstáculos enfrentados ainda estão presentes no cotidiano escolar com relação à inclusão desses alunos.

Tomando como base essas afirmativas, pode-se considerar que ainda existe um longo caminho a ser trilhado para que a inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual ocorra verdadeiramente, ou seja, para que as crianças não apenas frequentem o ensino regular, mas sim, possam aprender os conteúdos ministrados, fazendo parte da sociedade e podendo se tornar sujeitos questionadores da realidade social na qual encontram-se inseridas.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Flávio Aparecido de. **A inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular: repensando a prática docente.** 2019. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/ojs>. Acesso em: 21 jul. 2021.

ANTUNES, Katiúscia Vargas; GLAT, Rosana. **Das relações entre representações sociais e educação especial nos processos de aprendizagem de alunos com**

**deficiência intelectual.** 2019. Disponível em:  
<https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/9442>. Acesso em: 21 jul. 2021.

CAETANO, Andressa Mafezoni; PLETSCHE, Márcia Denise. **Os conceitos de inteligência e de deficiência intelectual: as mesmas origens.** 2019. Disponível em:  
[www.univali.br/periodicos](http://www.univali.br/periodicos). Acesso em: 21 jul. 2021.

MAFEZONI, Andressa Caetano.; CÉSAR, Thainá Marins de Almeida.; SOUZA, Damaris Santos de. **Deficiência Intelectual em Perspectiva: concepções e evolução conceitual.** Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/4410>. Acesso em 21/07/2021

NUNES, Vera Lúcia Mendonça. **Concepção do professor do ensino regular sobre a inclusão de alunos com deficiência intelectual.** Disponível em:  
[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/181607/nunes\\_vlm\\_me\\_mar.pdf?sequence=3](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/181607/nunes_vlm_me_mar.pdf?sequence=3). Acesso em: 21 jul. 2021.

PIRES, Yasmin Ramos. **Práticas curriculares do ensino fundamental para estudantes com deficiência intelectual: reflexões a luz da diferenciação curricular.** 2020. Disponível em: [http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/19/6262-TEXTO\\_PROPOSTA\\_COMPLETO.pdf](http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/19/6262-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf). Acesso em: 21 jul. 2021.